

RAFAEL RAMOS

Coordenador

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Prefácio

COMENTÁRIOS À LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Lei nº 9.784/1999

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO

2026

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM CONHECIMENTO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Thaynara Faleiro Malta
Assistente editorial: Luísa Cardoso Freitas

Revisão: Luísa Rocha
Capa e projeto gráfico: Walter Santos
Diagramação: Derval Braga

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com o ISBD

C732	Comentários à lei de processo administrativo: Lei nº 9.784/1999 / Rafael Ramos (coord.) Belo Horizonte: Fórum, 2026. 455p. 14,5x21,5cm ISBN impresso 978-85-450-0967-2 ISBN digital 978-85-450-0964-1 1. Direito administrativo. 2. Administração Pública. 3. Processo administrativo. I. Ramos, Rafael. II. Título. CDD 342 CDU 342
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RAMOS, Rafael (coord.). *Comentários à lei de processo administrativo: Lei nº 9.784/1999*. Belo Horizonte: Fórum, 2026. 455p. ISBN 978-85-450-0967-2.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Maria Sylvia Zanella Di Pietro	19
---	----

APRESENTAÇÃO.....	25
-------------------	----

NOS BASTIDORES DA CONSTRUÇÃO DA LEI DE PROCESSO

ADMINISTRATIVO DA UNIÃO (LEI nº 9.784/99).....	27
--	----

Paulo Modesto	27
----------------------------	----

Introdução.....	27
-----------------	----

1 Normas gerais de processo administrativo e plano diretor da reforma do Estado	30
---	----

2 Os últimos passos.....	35
--------------------------	----

Artigo 1º	41
------------------------	----

Bernardo Strobel Guimarães, Lucas Sipioni Furtado de Medeiros

1 <i>Caput</i> – âmbito de incidência e finalidades da Lei.....	41
---	----

1.1 Normas básicas sobre processo administrativo: o que são e para que servem.....	42
--	----

1.2 A questão da abrangência da norma: lei federal ou lei nacional?.....	44
--	----

1.3 As finalidades da Lei e seu valor metodológico	49
--	----

2 §1º Incidência decorrente do exercício da função administrativa, inclusive em caráter anômalo	50
---	----

3 §2º Definições subjetivas utilizadas pela Lei	50
---	----

Referências.....	52
------------------	----

Artigo 2º	54
------------------------	----

José Vicente Santos de Mendonça

1 Introdução.....	55
-------------------	----

2 Definição de princípio jurídico.....	55
--	----

3 Utilidade dos princípios para o processo administrativo brasileiro. Princípio é preguiça?.....	57
--	----

4 Conteúdo específico do art. 2º	59
--	----

4.1 <i>Caput</i>	59
------------------------	----

4.2 Parágrafo único.....	62
--------------------------	----

Referências.....	67
------------------	----

Artigo 3º	69
Thiago Priess Valiati, Scarlett Walewska dos Santos	
Artigo 4º	75
Phillip Gil França	
Artigo 5º	80
Vladimir da Rocha França	
Artigo 6º	86
Vladimir da Rocha França	
Artigo 7º	90
Vladimir da Rocha França	
Artigo 8º	91
Vladimir da Rocha França	
Artigo 9º	92
Vladimir da Rocha França	
Artigo 10	98
Vladimir da Rocha França	
Artigo 11	100
Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues	
1 Dogmática jurídico-geral da competência administrativa	100
1.1 Definição e atribuição de competência administrativa	100
1.2 Garantias do administrado em relação à competência administrativa	106
2 “A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria”	107
2.1 Da atribuição da competência administrativa – Competência própria e imprópria.....	108
2.1.1 Repartição de competências administrativas – Administração Direta e Administração Indireta.....	108
2.1.2 Competências administrativas não expressas ou não literais.....	114
2.2 Vício de inexistência de sujeito.....	115

2.3	Requisitos lógico-sistemáticos da CF 1998 e da Lei nº 9.784/99 para o exercício da competência própria pelo sujeito titular	117
2.4	Do vício de incompetência do sujeito	118
2.5	Irrenunciabilidade da competência	122
3	“Salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos”	125

Artigo 12

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

1	Delegação de competência administrativa.....	127
2	“Um órgão administrativo e seu titular, se não houver impedimento legal” – Sujeito delegante	128
3	“Outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados” – Sujeito delegado	129
4	“Delegar parte da sua competência” – Objeto da delegação	130
5	“Quando for conveniente” – Discricionariedade para delegar	132
6	“Em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial” – Motivos ou causas da delegação.....	133
7	Delegação de órgão colegiado ao respectivo presidente	135

Artigo 13

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

1	Objeto da delegação – Atos indelegáveis	136
1.1	Edição de atos de caráter normativo.....	136
1.2	Decisão de recursos administrativos	140
1.3	Matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.....	140

Artigo 14.....

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

1	Art. 14, <i>caput</i> – Delegação e sua revogação – Publicação no meio oficial.....	141
2	Art. 14, §1º – Limites da delegação administrativa.....	143
3	Art. 14, §2º – Precariedade da delegação – Revogabilidade a qualquer tempo.....	144
4	Art. 14, §3º – Publicidade das decisões sob delegação e efeitos da edição pelo delegado	146

Artigo 15

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

1	Avocação de competência administrativa	149
2	“Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados”	150
3	“Competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior”	152
4	Temas conexos à avocação e não regrados expressamente na Lei nº 9.784/99.....	152

Artigo 16	154
Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues	
Artigo 17	156
Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues	
Artigo 18	158
Maria Gabriela Campos	
1 A imparcialidade como princípio estruturante do Estado Democrático de Direito.....	158
2 Imparcialidade e impessoalidade	159
3 Imparcialidade e imparcialidade.....	160
4 Impedimento e suspeição	160
5 Impedimento do agente público: interesse na matéria.....	161
6 Conflito de interesses.....	162
7 Impedimentos do agente público: participação no processo e relação de parentesco	163
Artigo 19	165
Maria Gabriela Campos	
1 Dever de abstenção.....	165
Artigos 20 e 21	166
Maria Gabriela Campos	
1 Suspeição do agente público	166
2 Efetivo prejuízo.....	167
Artigo 22	169
Patrícia Baptista, Leonardo Antoun	
A forma dos atos no processo administrativo – um olhar atual para o capítulo viii da lei federal n.º 9.784/99	169
Artigo 23	175
Patrícia Baptista, Leonardo Antoun	
O tempo dos atos no processo administrativo e a necessidade de sua adequação à administração pública na era digital	175
Referências.....	178
Artigo 24	179
Patrícia Baptista, Leonardo Antoun	
O prazo geral dos atos no processo administrativo e a sua flexibilização normativa e jurisprudencial.....	179

Artigo 25	183
Patrícia Baptista, Leonardo Antoun	
O lugar dos atos no processo administrativo – releitura do à luz da administração pública na era digital	183
Referências.....	186
 Artigo 26	 188
Ana Luiza Calil, Daniel de Oliveira Pontes	
1 Introdução: processo administrativo em evolução	188
2 Conteúdo mínimo da intimação	192
2.1 Artigo 26, <i>caput</i>	192
2.2 Artigo 26, §1º	193
3 Efetivação e efeitos da intimação	195
3.1 Artigo 26, §2º	195
3.2 Artigo 26, §3º	196
3.3 Artigo 26, §4º	197
3.4 Artigo 26, §5º	198
 Artigo 27	 200
Ana Luiza Calil, Daniel de Oliveira Pontes	
1 Artigo 27.....	200
 Artigo 28	 201
Ana Luiza Calil, Daniel de Oliveira Pontes	
1 Objeto da intimação: artigo 28.....	201
Referências.....	202
 Artigo 29	 203
José Sérgio da Silva Cristóvam, Leonardo Cristovam de Jesus	
1 O devido processo legal na fase instrutória do processo administrativo.....	203
1.1 As atividades de instrução.....	206
1.2 A oficialidade e o direito do interessado em produzir provas.....	208
2 Os dados necessários à decisão do processo.....	210
3 A atuação dos interessados e a menor onerosidade.....	211
Referências.....	212
 Artigo 30	 214
José Sérgio da Silva Cristóvam, Leonardo Cristovam de Jesus	
1 A proibição da prova ilícita no processo administrativo.....	214
2 Uma questão de terminologia: provas ilegítimas, provas ilícitas e ilícitas por derivação	215

3	A produção de efeitos de provas obtidas por meios ilícitos	217
3.1	O critério espacial: o locus de produção da prova	219
3.2	O critério subjetivo: o sujeito que apresenta a prova	220
3.3	O critério objetivo: a tipologia do processo administrativo	221
4	Aspectos destacados sobre os efeitos das provas ilícitas	222
	Referências	224

Artigo 31.....225

Ravi Peixoto

1	Conceito.....	225
2	Hipóteses de utilização.....	225
3	Possibilidade de participação	226
4	Efeitos da participação.....	226
	Referências.....	227

Artigo 32.....228

Ravi Peixoto

1	Conceito.....	228
2	Hipóteses de utilização.....	228
3	Escolha entre consulta pública e audiência pública.....	229
4	Funções e objetivos.....	230
5	Procedimentos.....	231
	Referências.....	232

Artigo 33233

Ravi Peixoto

1	Outras formas de participação da sociedade nos processos administrativos.....	233
---	---	-----

Artigo 34235

Ravi Peixoto

1	Forma de apresentação dos resultados da consulta e da audiência pública	235
2	O art. 34 antes da realização da participação popular	235
	Referências.....	235

Artigo 35236

Luzardo Faria

1	Audiência pública conjunta e coordenação administrativa interorgânica	236
	Referências.....	238

Artigo 36	239
Luzardo Faria	
1 O ônus da prova no processo administrativo	239
Referências.....	242
 Artigo 37	 243
Luzardo Faria	
1 O dever da administração de prover os documentos mencionados pelo interessado	243
Referências.....	245
 Artigo 38	 246
Mateus Camilo Ribeiro da Silveira	
1 Comentário	246
 Artigo 39	 252
Dante Tomaz	
1 O dever de intimação do interessado	252
2 Atuação subsidiária do poder público na produção de provas	254
Referências.....	256
 Artigo 40	 257
Dante Tomaz	
1 A preclusão do dever de produzir provas como causa de arquivamento do processo administrativo	257
Referências.....	258
 Artigo 41	 260
Dante Tomaz	
1 O dever de comunicação em prazo razoável acerca de prova ou diligência ordenada.....	260
Referências.....	262
 Artigo 42	 263
Mateus Camilo Ribeiro da Silveira	
1 Comentário	263
 Artigo 43	 267
Dante Tomaz	
1 A obrigação do poder público de elaborar os laudos técnicos necessários à tomada de decisão.....	267
Referências.....	269

Artigo 44	270
Dante Tomaz	
1 O direito de apresentação de alegações finais no âmbito administrativo.....	270
Referências.....	273
Artigo 45	274
Flávio Garcia Cabral	
1 O poder geral de cautela administrativa	274
Referências.....	278
Artigo 46	279
Flávio Garcia Cabral	
1 A transparência e o acesso a documentos	279
Referências.....	281
Artigo 47	282
Flávio Garcia Cabral	
1 A cisão entre a instrução e o julgamento do processo.....	282
Referências.....	283
Artigo 48	284
Pedro Adamy	
Fundamentos constitucionais do dever de decidir	285
A vedação do <i>Non Liqueat</i> Administrativo	287
Implicações para a Administração Pública e para os particulares.....	288
Efetivação do dever de decidir por meios tecnológicos	289
Artigo 49	291
Pedro Adamy	
1 Prazo para a decisão administrativa	291
2 Mora administrativa e os riscos da demora nas decisões da Administração Pública	294
3 Mora administrativa e a aprovação tácita.....	296
Artigo 49-A	297
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
Artigo 49-B	308
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	

Art. 49-C (VETADO)	311
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
Artigo 49-D	319
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
Artigo 49-E	321
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
Artigo 49-F	323
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
Artigo 49-G	324
Rafael Vêras de Freitas, José Egidio Altoé Junior	
Artigo 50	333
André Cyrino, Ana Carolina Schmidt Grumach	
1	Introdução.....333
2	A motivação como dever de fundamentação.....336
3	O rol exemplificativo do art. 50.....336
3.1	O reforço do dever de motivação nas hipóteses dos Incisos I a VIII do art. 50.....338
4	Critérios e novas dimensões da motivação.....340
5	A motivação e a celeridade do processo administrativo.....342
6	A motivação como instrumento de publicidade e transparência do agir administrativo.....343
7	Conclusão.....343
	Referências.....343
Artigo 51	345
José Sérgio da Silva Cristóvam, Leonardo Cristovam de Jesus	
1	A extinção atípica do processo administrativo.....345
2	A desistência e a renúncia.....346
3	A pluralidade de interessados e a extensão dos efeitos da desistência ou da renúncia.....348
4	Prosseguimento do processo em razão o interesse público.....349
	Referências.....350
Artigo 52	351
José Sérgio da Silva Cristóvam, Leonardo Cristovam de Jesus	
1	A extinção típica do processo administrativo.....351

1.1	Exaurimento da finalidade.....	352
1.2	Fatos supervenientes.....	352
	Referências.....	353
Artigo 53		354
Rodrigo Crelier Zambão da Silva		
Artigo 54		358
Rodrigo Crelier Zambão da Silva		
Artigo 55		363
Rodrigo Crelier Zambão da Silva		
Artigo 56		369
Bruno Betti Costa		
1	A recorribilidade das decisões administrativas	369
Artigo 57.....		373
Bruno Betti Costa		
1	Limitação de instâncias recursais na Administração Pública: uma análise do mandado de segurança nº 27.102 – DF	373
Artigo 58		375
Bruno Betti Costa		
1	A legitimação para interposição de recursos administrativos na Lei nº 9.784/99: análise dos incisos do art. 58	375
Artigo 59		377
Bruno Betti Costa		
1	Artigo 59 e as implicações para a Administração Pública	377
2	Prazos, dever de decidir e o silêncio administrativo	377
3	Dever de manifestação da Administração	379
4	Exemplos legislativos.....	379
5	Prorrogação de prazo e dever de decidir	380
Artigo 60		381
Bruno Betti Costa		
1	Análise do artigo 60 e seus aspectos formais	381
2	Fundamentos e juntada de documentos	381

Artigo 61	382
------------------------	-----

Bruno Betti Costa

1	Efeitos do recurso administrativo na Lei nº 9.784/99	382
2	A possibilidade de efeito suspensivo ao recurso.....	383
3	O requisito do justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação.....	383
4	A possibilidade de concessão de efeito suspensivo pela autoridade recorrida ou imediatamente superior	384

Artigo 62	385
------------------------	-----

Bruno Betti Costa

Artigo 63	386
------------------------	-----

Bruno Betti Costa

1	Comentários sobre o inciso I do art. 63 da Lei nº 9.784/99	386
2	Reconhecimento da intempestividade	387
3	Inciso II e §1º: encaminhamento a autoridade incompetente	387
4	§2º: Dever de Autotutela da Administração.....	388
5	Comentários sobre a legitimação recursal na Lei nº 9.784/99	388
6	Exaurimento da esfera administrativa.....	389

Artigo 64	390
------------------------	-----

Bruno Betti Costa

1	A aplicação do princípio da verdade material no art. 64 da Lei nº 9.784/99.....	390
2	A importância da verdade material no processo administrativo	390
3	Exercício da função administrativa e a busca pela verdade.....	391
4	Decisões administrativas e o interesse público	391
5	A constitucionalidade da <i>reformatio in pejus</i>	391
6	Considerações finais.....	392
	Referências.....	392

Artigo 64-A e 64-B	393
---------------------------------	-----

Alice Voronoff, Rafael Lorenzo-Fernandez Koatz

1	Introdução.....	393
2	Considerações gerais.....	394
3	Hipóteses de incidência.....	396
4	Cenários de responsabilização	399
5	Conclusão.....	402
	Referências	403

Artigo 65	404
------------------------	-----

Lucas Aluísio Scatimburgo Pedroso, Otávio Venturini

1	Histórico e fundamento nos direitos processuais civil e penal	404
2	Revisão não constitui novo recurso.....	405
2.1	A inafastabilidade da tutela judicial	406
3	Ausência de prazo para apresentar o pedido de revisão	406
4	Ofício x a pedido.....	407
5	Fatos novos ou circunstâncias relevantes.....	408
6	Inadequação da sanção e a aproximação com o direito penal	409
7	Parágrafo único e a proibição de agravamento.....	412
8	Conclusão.....	414
	Referências.....	414

Artigo 66	417
------------------------	-----

Eduarda Onzi

1	Contextualização inicial	417
2	Contagem dos prazos no processo administrativo.....	418

Artigo 67	421
------------------------	-----

Eduarda Onzi

1	Manutenção da contagem contínua, salvo motivo de força maior	421
2	Importância da diferenciação terminológica sobre as hipóteses de paralisações do prazo	421
	Referências.....	422

Artigo 68	423
------------------------	-----

Lucas Aluísio Scatimburgo Pedroso, Otávio Venturini

1	Autoridade competente	423
2	Natureza pecuniária da sanção ou a imposição de uma obrigação de fazer ou não fazer – breve comparativo.....	424
2.1	Algumas previsões infralegais.....	425
2.2	Sanções além de um raciocínio em torno das multas.....	427
2.3	As discricionariedades envolvidas na aplicação de sanções e o cumprimento do mínimo da legislação	427
2.4	Negociação na aplicação de sanções e o TAC da Anatel com a Telefônica	429
3	Direito de defesa	429
4	Conclusão.....	430
	Referências.....	430

Artigo 69	432
------------------------	-----

Lucas Aluísio Scatimburgo Pedroso, Otávio Venturini

1	Introdução.....	432
---	-----------------	-----

2	Temas e leis envolvendo a (não-)aplicação subsidiária da Lei nº 9.784/99.....	433
2.1	O TCU e o prazo decadencial	434
2.2	Apresentação de alegações finais.....	436
2.3	Fase recursal única	437
2.4	Aplicação de efeito suspensivo a recursos.....	438
2.5	Prazo de intimação	438
2.6	Prazo para Administração Pública decidir	439
2.7	Instrumentos de participação pública.....	440
2.8	Art. 69 e princípios	441
3	Conclusão.....	441
	Referências.....	441
	Artigo 69-A	444
	Eduarda Onzi	
1	Contextualização inicial: a proteção constitucional dos vulneráveis e portadores de situação desvantajosa de saúde	444
2	As condições para a preferência na tramitação dos processos administrativos.....	445
	Referências.....	447
	Artigo 70	448
	Eduarda Onzi	
	SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO DA MATÉRIA.....	449
	SOBRE OS AUTORES.....	451